

Soluções mínimas para grandes problemas

SÉRGIO ABRANCHES *

A crise brasileira se agrava e a impressão que se tem é que não avançamos um milímetro na busca de uma solução definitiva. Impressão que passamos para o exterior, onde todo mundo se defende, menos nós, meio cúmplices de nossos males. Estamos empantoados em nossos problemas, que não comportam soluções simples, e temos sido ainda vitimados por erros grosseiros de política econômica. Tivemos a sorte de nos salvarmos do último pacote, que reincidiria em todos os erros. Mas a solução, mesmo sem novos equívocos, será mais demorada do que individualmente desejamos, no ritmo de nossas possibilidades coletivas. Não nos é mais possível adiar a democratização para o final da década, como os mexicanos, simplificando a gestão econômica, como gostariam os de mente mais autoritária ou tecnocrática. Nem poderíamos, como fez a Argentina, amarrar inflexivelmente ao câmbio nossa economia diversificada e complexa, de grande vigor exportador.

Estamos passando por um processo generalizado e rápido de mudança estrutural — demográfica, social, urbana, industrial — desde o início dos anos 70, que coincidiu com o processo de democratização. A transição estrutural se instala no primeiro triênio dos 70. A “abertura gradual”, do regime militar, teve início em 74. Nos anos 80, quando ainda elegíamos presidentes indiretamente, a crise da dívida externa interceptou e mudou negativamente a trajetória de mudança. Mas não a interrompeu: gerou a superposição da mudança estrutural, da transição política e da crise fiscal aguda do Estado.

Vê-se melhor o êxito dos outros. Devemos examinar o Brasil de uma perspectiva mais am-

pla, que dissocie estrutura e conjuntura. A visão curta faz o sucesso alheio mais brilhante e nossos fracassos mais desesperadores.

O Chile, o maior e mais inegável êxito, estabilizado ainda sob a ditadura de Pinochet, progrediu rápido: em 1982 seu PIB era 12 vezes menor do que o nosso. Hoje, é só 9,5 vezes menor, dados do Banco Mundial. Olhe-se o México: nosso PIB era 1,6 vezes o deles em 82 e em 91 era 1,8 vezes maior. Em 82 nosso PIB era 3,2 vezes o argentino, em 91 foi 3,7 vezes maior.

É claro que vivemos um momento de alto risco. As instituições já mostram pontos de fadiga, pressionadas por tantos anos de superinflação, deterioração socioeconômica, conflito e instabilidade. Existe a possibilidade de ruptura, com a hiperinflação aberta, com a desordem civil, com o fracasso das instituições democráticas em produzir uma saída viável. Se errarmos mais um pouco, condenaremos o próximo governo a se contentar em “pôr a casa em ordem”, enquanto perdemos mais uma década, como alertou o deputado Nelson Jobim, no Fórum Nacional, a profícua iniciativa de João Paulo dos Reis Velloso.

Mas não é verdade que estamos parados. O Congresso, ao qual se têm imputado quase todas as nossas culpas, caminha gradualmente para um acordo mínimo, apesar da brutal fragmentação partidária e de um quadro institucional e federativo que favorece o impasse e o fisiologismo. Já é visível a possibilidade concreta de um acordo básico para uma saída democrática. Há consenso, do PT e do PDT ao PPR, de que precisamos debelar a inflação e, para isto, é indispensável implantar um novo regime fiscal e monetário. O Congresso está pronto para votar a reforma tributária e retificar a repartição de encargos federativos. Não será o regime dos sonhos dos monetaristas, nem o paraíso de justi-

ça fiscal desejado pela esquerda. Mas teremos o suficiente para criar as pré-condições para a estabilização. Afinal, nunca será nossa vocação nos tornarmos um laboratório de purismos.

Estamos caminhando para uma “agenda mínima”, tanto na quantidade de questões, quanto no escopo das mudanças. Mínimo positivo, no sentido de suficiente para romper o impasse, permitir a estabilização e viabilizar a retomada do desenvolvimento. A retificação da Constituição, não uma “reconstituente”, conta com o apoio das melhores lideranças do Congresso, da esquerda à direita. Feito o “pré-pacto” de saída, a tensão se reduzirá e melhorarão as condições de negociação de novas soluções parciais.

É difícil, para um país que sempre esteve voltado para o máximo — hoje somos o máximo de pessimismo e de inflação —, aceitar mínimos. É penoso, para um país estilhaçado, heterogêneo, desigual e frustrado, admitir denominadores comuns, se há tanto vivemos adversariamente. Um exame mais isento, que olhe por cima dos ânões e para além dos poços e das prebendas odontológicas, verá que há lideranças de primeira qualidade no Congresso e com capacidade política para fazer prevalecer estes mínimos. Os líderes das centrais sindicais estão preparados e dispostos a tornar viável o acordo. No setor empresarial, cuja representação corporativa está muito aquém da qualidade gerencial, também se encontra esta mesma disposição.

A possibilidade de uma “agenda mínima” está amadurecendo mais lentamente do que nossas aflições desejariam, porém mais firmemente do que nossa complexidade permitiria, não fosse o prosseguimento da transição mais profunda, que já começa a mudar valores e comportamentos.